



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COMANP

Em complemento ao documento nº 1764646, estabelece o Projeto Básico que serviu como parâmetro para a minuta do Edital:

*A contratação consiste na **coleta de propostas e posterior elaboração de projetos** com vistas à **construção** de prédio ou **reforma** de edificação já existente, segundo necessidades apontadas pela Administração **após seleção da proposta mais vantajosa para a administração**, conforme **requisitos construtivos definidos neste Projeto Básico**, seguida de **locação futura** com expectativa inicial de locação por período de aproximadamente 120 (cento e vinte) meses, com vigência inicial contratual pelo mesmo período, passível de prorrogações sucessivas.*

3.1.1. A Contratada deverá demonstrar a disponibilidade de terreno para a construção ou prédio para adaptação, de acordo com especificações mínimas constantes em Projeto Básico (metragem, acessibilidade, dentre outros). (...)

3.1.3. Após a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, em cada município objeto deste projeto básico, deverão ser elaborados e aprovados pelos órgãos competentes municipais todos os projetos necessários para a obtenção do "HABITE-SE", ... (...)

(...)

3.1.5. Todos os projetos e memorial descritivo, bem assim os materiais utilizados, deverão ser obrigatoriamente submetidos à apreciação da Coordenadoria de Obras e Manutenção Predial – Seção de Projetos e Obras antes do início da execução dos serviços, para análise e aprovação. A Coordenadoria de Obras e Manutenção Predial, com o auxílio da SEPROB, poderá solicitar alterações nos projetos e especificação dos materiais para melhor atendimento das necessidades e padrão construtivo da Justiça Eleitoral, situações às quais o proponente-investidor deverá atender.

(...)

3.1.11. A Contratada se obriga a construir ou reformar imóvel, conforme regras e especificações constantes neste Projeto Básico, que será utilizado pelo Contratante para abrigar as instalações dos Cartórios Eleitorais localizados nos municípios indicados no item 1.1, dotados dos serviços, equipamentos ou atividades necessárias para o seu adequado funcionamento.

Nota-se, pela leitura dos trechos em destaque, que a construção do novo imóvel ou a sua reforma apenas se dará em momento posterior. Na fase inicial de apresentação de propostas, momento ao qual se refere a informação de nº 1760277, os imóveis ofertados estão no estado original, e portanto não há que se falar em estarem ou não adequados neste momento. Após a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, inicia-se a fase de elaboração e aprovação dos projetos, que serão ajustados pelo TRE tantas vezes sejam necessárias até que seja atingida a completa adequação às necessidades de instalação da Justiça Eleitoral nos municípios contemplados.

Assim, em função do quanto disposto acima, avaliamos preliminarmente que a análise constante nos itens 1.2, 1.3, 2.1, 3.2 e 3.4 do documento nº 1760277 foram efetuadas em momento inadequado haja vista que a rigor, neste momento, todos os imóveis oferecidos não atendem às principais especificações construtivas presentes no Termo de Referência uma vez que os imóveis selecionados ainda serão submetidos às reformas necessárias, e somente após aprovados pela SEPROB e executados os projetos poderiam ser declarados completamente ajustados às normas técnicas e aptos para funcionamento pleno das instalações da Justiça Eleitoral.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Maxwell Mascarenhas dos Anjos, Coordenador**, em 26/11/2021, às 09:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1779776** e o código CRC **5976B99F**.